

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Texto 1A1

Nestes 500 anos de história, quais são as figuras que personificam o nosso país, que sintetizam, por suas qualidades e seus defeitos, suas grandezas e suas misérias, a trajetória do Brasil? Nomes não nos faltam: Tiradentes, o Aleijadinho, Pelé, Chiquinha Gonzaga, Lampião, Antônio Conselheiro, Oswaldo Cruz, Villa Lobos, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Getúlio Vargas, Henfil... A vida de cada um deles contém, em miniatura, aqueles traços que, no dizer do antropólogo Roberto da Matta, fazem do Brasil o Brasil: o talento, a astúcia, a violência, a ternura, o humor, a imaginação, a vocação trágica. Mas eu, particularmente, quando penso em Brasil, penso numa outra pessoa. Uma mulher de quem nem sei o nome e que vi uma única vez.

Eu era responsável pelo posto de saúde da prefeitura na Lomba do Pinheiro numa época em que aquela era uma região isolada da cidade, de difícil acesso. Uma tarde, eu já estava saindo, quando de repente me surge essa mulher, moça ainda, mas de face devastada pela miséria, pelo sofrimento. Trazia nos braços o filho, para consultar. E, para trazer este filho, ela tinha caminhado doze quilômetros. Doze quilômetros com uma criança nos braços.

O que faz do Brasil o Brasil? Pernas como as daquela mulher, pernas que caminham incansáveis. Braços como os daquela mulher, que seguram, sem se fatigar, um filho, dois filhos, muitos filhos. O que faz do Brasil o Brasil é a coragem, a determinação, a resignação. Cada vez que alguém (em geral uma pessoa de classe média, a quem nada falta) me diz que o Brasil não tem jeito, que o Brasil é uma esculhambação, eu penso naquela mulher. E penso nela com profundo respeito. O que ela carrega nos braços é, ao fim e ao cabo, o Brasil. E vem fazendo isso há 500 anos.

Moacyr Scliar. A **imagem viva do Brasil**. In: *Zero Hora*, 16 de abril de 2000.
Internet: <www.moacyrscliar.com> (com adaptações).

Questão 1

No texto 1A1, o emprego repetido da expressão **O que faz do Brasil o Brasil** consiste em uma estratégia empregada pelo autor para

- Ⓐ reiterar o tema central do texto, encaminhando o leitor para uma resposta sobre o que caracteriza o Brasil na visão do autor.
- Ⓑ reforçar a noção de que é praticamente impossível atribuir uma identidade ao Brasil.
- Ⓒ intensificar a ideia de que certos personagens célebres são os melhores representantes do país.
- Ⓓ evidenciar que a busca pela identidade nacional é o foco principal da história do Brasil.
- Ⓔ convencer o leitor da necessidade de se definir o brasileiro.

Questão 2

Com relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto 1A1, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao empregar, ao longo do texto, a expressão “mulher” em vez de um nome próprio, o autor sugere, de modo irônico, que a pessoa em questão é menosprezada pela sociedade.
- Ⓑ O questionamento feito no primeiro período do texto é respondido pelo autor nos dois últimos períodos do primeiro parágrafo, com hesitação e insegurança, mas também no último parágrafo, aqui de forma categórica.
- Ⓒ A mulher mencionada no segundo parágrafo é considerada pelo autor um símbolo do Brasil especialmente por possuir, assim como a maior parte da população brasileira, uma vida devastada pela miséria e pelo sofrimento.
- Ⓓ O autor utiliza a contraposição de pessoas famosas a uma personagem anônima para construir a ideia de que uma pessoa comum pode representar o Brasil de forma mais adequada que certos indivíduos célebres.
- Ⓔ As pessoas mencionadas no segundo período do primeiro parágrafo são apresentadas no texto como indivíduos estereotipados que, segundo a perspectiva antropológica, representam uma ideia distorcida do que é o brasileiro.

Questão 3

Quanto à tipologia textual, o segundo parágrafo do texto 1A1 é, predominantemente,

- Ⓐ argumentativo, por apresentar um contra-argumento que fortalece a opinião do autor.
- Ⓑ narrativo, por se dividir em introdução, desenvolvimento e síntese de uma tese.
- Ⓒ argumentativo, por apresentar um exemplo empírico que sustenta o posicionamento do autor.
- Ⓓ narrativo, marcando uma ruptura temática que torna o parágrafo em questão desconectado do anterior.
- Ⓔ narrativo, apresentando um narrador-personagem e uma sequência de acontecimentos vividos por ele e outras personagens.

Questão 4

No terceiro período do primeiro parágrafo do texto 1A1, os dois-pontos empregados logo após o vocábulo “Brasil” têm a finalidade de introduzir uma

- Ⓐ conclusão das características comuns de personagens famosos.
- Ⓑ digressão sobre um conjunto de traços do brasileiro.
- Ⓒ citação direta do antropólogo Roberto da Matta.
- Ⓓ enumeração de características que refletiriam o Brasil.
- Ⓔ explicação sobre o significado dicionarizado de “traços”.

Questão 5

Julgue os seguintes itens, a respeito de aspectos linguísticos do texto 1A1.

- I No trecho “Eu era responsável pelo posto de saúde” (primeiro período do segundo parágrafo), o termo “de saúde” exerce a função sintática de complemento nominal do termo “posto”.
- II Na oração “a quem nada falta” (quinto período do terceiro parágrafo), o segmento “a quem” exerce a função sintática de complemento verbal indireto e retoma, por coesão, “uma pessoa de classe média”.
- III No trecho “quando de repente me surge essa mulher” (segundo período do segundo parágrafo), a forma pronominal “me” exerce a função sintática de complemento verbal direto.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 6

A respeito das relações coesivas estabelecidas no texto 1A1, assinale a opção correta.

- A No segundo parágrafo, a expressão “ela” (penúltimo período) se refere a “uma criança” (último período).
- B No terceiro parágrafo, a expressão “uma pessoa” (quinto período) retoma “mulher” (terceiro período).
- C No terceiro parágrafo, a forma pronominal “isso” (último período) retoma a sequência “a coragem, a determinação, a resignação” (quarto período).
- D A forma pronominal “suas”, nas duas ocorrências em “suas grandezas e suas misérias” (primeiro período do primeiro parágrafo), refere-se a “figuras”.
- E No primeiro parágrafo, a expressão “outra pessoa” (penúltimo período) retoma “Roberto da Matta” (terceiro período).

Questão 7

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para um trecho extraído do texto 1A1. Assinale a opção em que a proposta apresentada é gramaticalmente correta e mantém os sentidos do respectivo trecho.

- A “Cada vez que alguém (em geral uma pessoa de classe média, a quem nada falta) me diz que o Brasil não tem jeito, que o Brasil é uma esculhambação, eu penso naquela mulher.” (quinto período do terceiro parágrafo) — **Cada vez que alguém, geralmente uma pessoa de classe média a quem nada falta, me diz que o Brasil não tem jeito e é uma esculhambação, eu penso naquela mulher.**
- B “Uma mulher de quem nem sei o nome e que vi uma única vez.” (final do primeiro parágrafo) — **Uma mulher cujo o nome não sei e que vi uma só vez.**
- C “O que faz do Brasil o Brasil é a coragem, a determinação, a resignação.” (quarto período do terceiro parágrafo) — **A coragem, a determinação e a resignação é que fazem do Brasil o Brasil.**
- D “E vem fazendo isso há 500 anos.” (final do terceiro parágrafo) — **E isso acontece fazem 500 anos.**
- E “Mas eu, particularmente, quando penso em Brasil, penso numa outra pessoa.” (penúltimo período do primeiro parágrafo) — **Porém, eu, em particular, quando penso em Brasil penso em uma outra pessoa.**

Questão 8

Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto 1A1, poderia ser suprimida a vírgula empregada logo após

- A “cabo” (penúltimo período do terceiro parágrafo).
- B “particularmente” (penúltimo período do primeiro parágrafo).
- C “filho” (terceiro período do segundo parágrafo).
- D “mulher” (segundo período do segundo parágrafo).
- E “sintetizam” (primeiro período do primeiro parágrafo).

Questão 9

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto 1A1, julgue os próximos itens.

- I Seriam mantidos os sentidos originais e a correção gramatical do trecho “Eu era responsável pelo posto de saúde da prefeitura” (primeiro período do segundo parágrafo) caso o termo “pelo” fosse substituído por **para o**.
- II A forma verbal “vem” (último período do texto) estabelece concordância com um termo empregado no período imediatamente anterior.
- III No trecho “como as daquela mulher” (segundo período do terceiro parágrafo), está elíptica a palavra **pernas**.
- IV O trecho “o Brasil é uma esculhambação” (quinto período do terceiro parágrafo) exprime uma opinião pessoal do autor do texto.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens I e IV estão certos.
- E Apenas os itens II e IV estão certos.

Questão 10

Assinale a opção que apresenta um termo extraído do texto 1A1 que está empregado como substantivo no período em que ocorre.

- A “carrega” (penúltimo período do terceiro parágrafo)
- B “dizer” (terceiro período do primeiro parágrafo)
- C “trazer” (penúltimo período do segundo parágrafo)
- D “fatigar” (terceiro período do terceiro parágrafo)
- E “consultar” (terceiro período do segundo parágrafo)

Questão 11

Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Vista/RR, compete privativamente à Mesa da Câmara

- A designar comissões especiais nos termos do regimento, observadas as indicações partidárias.
- B mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.
- C fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria.
- D declarar a perda de mandato de vereador, de ofício ou por provocação de quaisquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- E promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e aquelas cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo prefeito.

Questão 12

Acerca do disposto na Lei Orgânica do Município de Boa Vista/RR, assinale a opção correta.

- A** É vedado ao vereador, desde a expedição do diploma, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal.
- B** As sessões solenes da Câmara Municipal não podem ser realizadas fora do seu recinto.
- C** É possível a qualquer cidadão apresentar reclamação anônima à Câmara Municipal referente às contas do município.
- D** A emenda à Lei Orgânica depende de proposta da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- E** Os vereadores não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

Questão 13

Com relação a aspectos atinentes à administração municipal previstos na Lei Orgânica do Município de Boa Vista/RR, julgue os seguintes itens.

- I O Município de Boa Vista deve assegurar a seus servidores serviços de atendimento médico, odontológico e de assistência social.
- II O prefeito deve formalizar, via decreto, o provimento e a vacância de cargos públicos, além de outros atos de efeito individual relativos aos serviços municipais.
- III Os cargos em comissão e as funções gratificadas devem ser preenchidas por servidores do quadro efetivo de pessoal do município.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 14

No que concerne à organização e ao regime jurídico da Procuradoria da Câmara Municipal de Boa Vista, assinale a opção correta.

- A** Ao procurador adjunto da Câmara Municipal compete a atribuição de superintender os serviços jurídicos e administrativos da Procuradoria da Câmara Municipal.
- B** É legítimo ao Procurador-Geral da Câmara avocar a defesa dos interesses da Câmara Municipal de Boa Vista em qualquer ação ou processo.
- C** O cargo de assessor da Procuradoria da Câmara Municipal é de provimento efetivo, organizado em quadro próprio.
- D** A Procuradoria da Câmara Municipal divide-se em Procuradoria Administrativa e Procuradoria Judicial.
- E** É vedado ao procurador da Câmara Municipal em estágio probatório exercer qualquer cargo de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento.

Questão 15

A respeito da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Boa Vista, à luz da Lei n.º 1.677/2016, assinale a opção correta.

- A** Compete à Diretoria de Expediente propor programas de relações públicas, com vistas a projetar o nome da Câmara Municipal de Boa Vista.
- B** São órgãos de natureza especial superior da Câmara Municipal de Boa Vista o Plenário, a Mesa Diretora e a Presidência.
- C** A Controladoria da Câmara Municipal é o órgão de promoção e manutenção do decoro, da ordem e da disciplina parlamentar.
- D** A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Boa Vista prevê, como órgão específico, a Procuradoria Especial da Mulher, voltada à prevenção de violência doméstica e sexual contra a mulher no âmbito do Município de Boa Vista.
- E** A Presidência da Câmara é o órgão gestor dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal de Boa Vista.

Questão 16

A respeito da técnica legislativa de estruturação das leis, conforme a Lei Complementar n.º 95/1998, julgue os itens a seguir.

- I Como regra, as leis devem tratar de um único objeto.
- II A cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” deve ser reservada para as leis de grande repercussão.
- III A cláusula de revogação deverá indicar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 17

Com relação às regras atinentes a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, assinale a opção correta conforme a Lei Complementar n.º 95/1998.

- A** A boa técnica legislativa recomenda que, quando houver repetição de ideias em um único texto de determinado dispositivo normativo, seja evitada a repetição das mesmas palavras, com propósito estilístico.
- B** As leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração sequencial em continuidade à data da promulgação da Constituição Federal de 1988.
- C** Para obtenção da ordem lógica na redação das disposições normativas, as discriminações e enumerações devem ser promovidas por meio dos incisos, alíneas e itens.
- D** Os parágrafos situam-se após os artigos como unidade básica e poderão subdividir-se em incisos que, por sua vez, podem desdobrar-se em itens.
- E** A partir do décimo parágrafo, os parágrafos deverão, na sequência, ser representados pela numeração ordinal.

Questão 18

A partir do conceito de constituição pelo sentido ontológico de Karl Loewenstein, julgue os próximos itens.

- I A constituição nominal ou nominativa é aquela incapaz de conformar integralmente o processo político às suas normas, embora tenha pretensão de moldar a realidade.
- II A constituição normativa é aquela cujas normas são instrumentos para a estabilização e perpetuação do controle do poder político pelos detentores do poder fático, cujo objetivo é apenas legitimar os detentores de poder.
- III A constituição semântica é respeitada por todos os Poderes, fruto de uma política em que há perfeita sintonia entre o texto constitucional e a conjuntura política e social do Estado.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Nenhum item está certo.
- ☐ B Apenas o item I está certo.
- ☐ C Apenas o item III está certo.
- ☐ D Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 19

Acerca do poder constituinte, assinale a opção correta.

- ☐ A A previsão de que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa configura uma limitação circunstancial ao poder constituinte derivado reformador.
- ☐ B No Brasil, prevalece na jurisprudência a visão jusnaturalista do poder constituinte originário, de forma que há possibilidade de inconstitucionalidade de norma originária da Constituição Federal de 1988 (CF).
- ☐ C Há limitação material implícita ao poder constituinte reformador, consistente na impossibilidade de alterar as limitações expressas, bem como a titularidade do poder constituinte derivado reformador.
- ☐ D Haja vista o princípio da simetria constitucional, próprio do poder constituinte derivado decorrente, a imunidade penal relativa prevista para o presidente da República é extensível aos governadores de estado.
- ☐ E Os municípios gozam de poder constituinte derivado decorrente, devendo elaborar sua constituição municipal com a observância das constituições federal e estadual.

Questão 20

No que se refere a direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- ☐ A Em relação ao mandado de injunção, o STF adota a teoria não concretista, de forma que o Poder Judiciário apenas constitui em mora o legislador, sem, contudo, regular a matéria.
- ☐ B A dissolução da sociedade conjugal no curso do mandato afasta a inelegibilidade reflexa do cônjuge.
- ☐ C Caberá impetração de *habeas data* quando houver a recusa de fornecimento de certidão pela autoridade pública.
- ☐ D O STF admite a possibilidade de direitos fundamentais fora de catálogo, ou seja, que não estejam expressos no título a eles destinado.
- ☐ E O sigilo profissional constitucionalmente determinado impede o cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.

Questão 21

A vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios são garantias dos membros

- ☐ A da Advocacia Pública e da Defensoria Pública.
- ☐ B do Poder Judiciário e da Defensoria Pública.
- ☐ C do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- ☐ D do Ministério Público e da Advocacia Pública.
- ☐ E do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Questão 22

Acerca do controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a opção correta.

- ☐ A Há possibilidade de impetração de mandado de segurança por parlamentar para reconhecer o direito líquido e certo a impor-se a vedação de deliberação sobre proposta de emenda constitucional que viole cláusula pétrea, hipótese excepcional de controle de constitucionalidade preventivo realizado pelo Poder Judiciário.
- ☐ B Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional podem propor ações do controle concentrado de constitucionalidade, mas devem demonstrar pertinência temática.
- ☐ C A Mesa da Câmara dos Deputados deve estar representada por advogado para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- ☐ D A ação direta de inconstitucionalidade é a medida cabível para impugnar norma anterior à CF e com ela incompatível.
- ☐ E Não é possível controle de constitucionalidade de emenda à Constituição, uma vez que esta altera o texto constitucional.

Questão 23

A respeito do controle concentrado de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- ☐ A É incabível a propositura de ação declaratória de constitucionalidade por governador de estado.
- ☐ B Por ser instrumento do controle concentrado de constitucionalidade, não há possibilidade de análise de ato não normativo na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- ☐ C A ação direta de inconstitucionalidade é a medida correta para impugnar norma municipal que viole a CF.
- ☐ D A ação direta de inconstitucionalidade por omissão envolve normas de eficácia contida ou limitada como parâmetro de controle.
- ☐ E Somente há possibilidade de propositura da arguição de descumprimento de preceito fundamental quando não houver outro meio eficaz de sanar a lesão.

Questão 24

O imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios, conforme previsto na CF,

- ☐ A integrará sua própria base de cálculo.
- ☐ B incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- ☐ C será cobrado pelo somatório das alíquotas do estado e do município de origem da operação.
- ☐ D incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que ela não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- ☐ E incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.

Questão 25

São princípios constitucionais da ordem econômica e financeira

- A** redução das desigualdades regionais e sociais.
- B** integração com os países da América do Sul.
- C** formalização do mercado de trabalho.
- D** tratamento favorecido às empresas de grande porte que tenham em seus quadros maior número de empregados, na forma da lei.
- E** defesa do meio ambiente, vedado tratamento diferenciado.

Questão 26

De acordo com a jurisprudência do STJ, a propositura de ação que impugne débito representado em título extrajudicial

- A** suspende a decadência, a qual somente volta a correr após o trânsito em julgado da referida demanda.
- B** não interrompe a prescrição.
- C** interrompe a prescrição, a qual somente volta a correr após o trânsito em julgado da referida demanda.
- D** interrompe a decadência, a qual somente volta a correr após o trânsito em julgado da referida demanda.
- E** suspende a prescrição, a qual somente volta a correr após o trânsito em julgado da referida demanda.

Questão 27

De acordo com o Código Civil, Código de Processo Civil e o entendimento do STJ, enquanto não aberto o inventário e realizada a partilha,

- A** os herdeiros respondem pelas dívidas do falecido, de modo que o espólio não possui legitimidade para figurar no polo passivo.
- B** o espólio e o falecido respondem pelas dívidas que este houver deixado, de modo que os herdeiros não possuem legitimidade para figurar no polo passivo.
- C** o falecido responde pelas dívidas que este houver deixado, de modo que os herdeiros e o espólio não possuem legitimidade para figurar no polo passivo.
- D** o espólio e os herdeiros respondem pelas dívidas do falecido, de modo que ambos possuem legitimidade para figurar no polo passivo.
- E** o espólio responde pelas dívidas do falecido, de modo que os herdeiros não possuem legitimidade para figurar no polo passivo.

Questão 28

Conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ, no regime de comunhão parcial de bens, a outorga uxória é

- A** indispensável para a alienação, mas dispensável para a doação de bens imóveis integrantes tanto do patrimônio comum como dos patrimônios particulares do cônjuge alienante/doador.
- B** dispensável para a alienação, mas indispensável para a doação de bens imóveis integrantes do patrimônio comum do casal.
- C** indispensável para a alienação e para a doação de bens imóveis, sejam eles integrantes dos patrimônios comum ou particulares do cônjuge alienante/doador.
- D** indispensável para a alienação e para a doação de bens imóveis integrantes do patrimônio comum do casal.
- E** indispensável para a alienação, mas dispensável para a doação de bens imóveis integrantes do patrimônio comum do casal.

Questão 29

De acordo com o Código Civil, e considerando-se o entendimento do STJ, a indenização devida em razão da evicção deve observar o valor da coisa ao tempo

- A** da citação na ação evictória, proporcional à extensão da evicção.
- B** da celebração do contrato, independentemente de valorização ou desvalorização posterior.
- C** do trânsito em julgado da decisão que reconheceu a evicção, acrescido de correção monetária.
- D** da perda da posse, ainda que parcial, desconsideradas variações de mercado.
- E** em que se evenceu, proporcional ao desfalque sofrido.

Questão 30

Nos contratos, a cláusula penal moratória tem a finalidade de

- A** pré-fixar perdas e danos decorrentes do inadimplemento total da obrigação.
- B** compelir o devedor ao cumprimento da obrigação, funcionando como reforço coercitivo, sem caráter indenizatório.
- C** indenizar o credor pelo adimplemento tardio da obrigação, afastando, em regra, a sua cumulação com lucros cessantes quando estipulada em valor equivalente ao locativo.
- D** substituir integralmente a obrigação principal, convertendo-a em prestação autônoma.
- E** punir o inadimplemento absoluto, afastando o cumprimento da obrigação principal.

Questão 31

Segundo a jurisprudência do STJ, a doação entre cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens é

- A** nula.
- B** válida, desde que recaia exclusivamente sobre bens particulares do doador.
- C** válida e eficaz.
- D** válida, porém ineficaz.
- E** anulável.

Questão 32

A venda realizada por ascendentes a descendente por interposta pessoa configura hipótese de

- A** simulação, acarretando a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- B** simulação, acarretando a anulabilidade do negócio jurídico.
- C** negócio jurídico anulável, em razão da ausência de consentimento dos demais descendentes.
- D** fraude contra credores, sujeitando o negócio à ação pauliana.
- E** negócio jurídico válido, desde que haja posterior anuência dos demais descendentes.

Questão 33

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, nas execuções cíveis regidas exclusivamente pelo Código de Processo Civil (CPC), a adoção judicial de meios executivos atípicos

- A** é vedada, dada a previsão expressa no CPC.
- B** é vedada, por configurar restrição indevida a direitos fundamentais do executado, ainda que constatada a ineficácia dos meios típicos de execução.
- C** é admitida diante da insuficiência ou ineficácia dos meios executivos típicos, desde que adotada subsidiariamente, mediante decisão fundamentada no caso concreto, com observância do contraditório e respeito aos princípios da efetividade, da menor onerosidade do executado, da proporcionalidade e da razoabilidade, inclusive quanto à limitação temporal.
- D** é cabível exclusivamente nas execuções de natureza alimentar, sendo inadmissível nas execuções cíveis em geral.
- E** não é admitida, já que é taxativo o rol de técnicas executivas previsto no CPC, vedada a utilização de medidas sem expressa previsão legal.

Questão 34

De acordo com o entendimento do STJ, na hipótese de executado revel citado por edital e representado por curador especial, a intimação da penhora realizada na pessoa do defensor público

- A** somente produz efeitos após o comparecimento do executado aos autos.
- B** é nula, por não se estender a curadoria especial à fase executiva.
- C** dispensa a intimação do curador especial.
- D** não supre a necessidade de intimação pessoal do executado, necessariamente por via postal.
- E** não supre a necessidade de intimação pessoal do executado sobre a penhora.

Questão 35

Acerca da técnica de ampliação do colegiado, assinale a opção correta.

- A** Aplica-se quando o resultado do julgamento não for unânime, independentemente da espécie recursal ou da natureza da decisão.
- B** Restringe-se às hipóteses de julgamento de apelação, não sendo cabível em ações originárias ou em agravo de instrumento.
- C** Depende de requerimento da parte interessada, não podendo ser determinada de ofício.
- D** Aplica-se no julgamento de agravo de instrumento quando, por maioria, houver reforma de decisão de mérito proferida em liquidação por arbitramento.
- E** Aplica-se quando o resultado do julgamento de apelação não for unânime, e no julgamento de ação rescisória quando o acórdão rescindir a sentença, não sendo aplicável no agravo de instrumento quando houver reforma, por maioria, de decisão que julga parcialmente o mérito.

Questão 36

Não se concederá mandado de segurança quando o ato impugnado consistir em decisão judicial

- A** contra a qual não caiba recurso.
- B** de natureza teratológica.
- C** passível de recurso sem efeito suspensivo.
- D** impugnada por terceiro prejudicado.
- E** transitada em julgado, salvo se o objetivo for o controle de competência dos juizados especiais.

Questão 37

O STJ entende que o princípio da instrumentalidade das formas autoriza o aproveitamento de atos processuais que, embora

- A** formalmente irregulares, tenham atingido sua finalidade essencial e não tenham causado prejuízo às partes.
- B** formalmente irregulares, não tenham atingido sua finalidade essencial, desde que inexistente prejuízo às partes.
- C** materialmente irregulares, tenham atingido sua finalidade essencial, ainda que haja prejuízo às partes.
- D** materialmente irregulares, tenham atingido sua finalidade essencial e não tenham causado prejuízo às partes.
- E** formalmente irregulares, tenham atingido sua finalidade essencial, ainda que haja prejuízo às partes.

Questão 38

No que se refere à assinatura eletrônica em títulos executivos extrajudiciais eletrônicos, o STJ entende que o CPC

- A** admite qualquer modalidade de assinatura eletrônica em títulos executivos extrajudiciais, desde que a integridade do documento seja certificada por entidade provedora desse serviço.
- B** não admite qualquer modalidade de assinatura eletrônica em títulos executivos extrajudiciais, dada a ausência de previsão legal.
- C** admite qualquer modalidade de assinatura eletrônica em títulos executivos extrajudiciais, ainda que a integridade do documento não seja certificada por entidade provedora desse serviço.
- D** apenas admite títulos executivos extrajudiciais eletrônicos se firmados por assinatura eletrônica com certificação obrigatória no padrão da ICP-Brasil.
- E** veda expressamente o uso da assinatura eletrônica em títulos executivos extrajudiciais, ainda que a integridade do documento seja certificada por entidade provedora desse serviço.

Questão 39

No que diz respeito ao ajuizamento de lide temerária, o STJ entende que os advogados

- A** estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional sempre que caracterizada lide temerária, independentemente de demonstração de dolo ou culpa grave.
- B** não estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional, devendo eventual responsabilidade ser apurada em ação própria.
- C** estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional, assim como eventual responsabilidade, que deve ser apurada pelo órgão de classe.
- D** não estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional nem à apuração de responsabilidade
- E** estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional, sendo incabível a apuração de responsabilidade pelo órgão de classe.

Questão 40

Determinado município editou lei, em 15 de dezembro de 2024, aumentando a alíquota do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) para o ano seguinte e majorando a base de cálculo do tributo.

Acerca da cobrança do imposto nessa situação hipotética, a partir de 1.º de janeiro de 2025, com fundamento na nova lei, assinale a opção correta, conforme a CF.

- Ⓐ Nenhuma das alterações poderia ter sido exigida em janeiro de 2025, pois o IPTU deve observar a anterioridade nonagesimal.
- Ⓑ A alteração da alíquota só poderia ser exigida após a noventaena constitucional, não estando a modificação na base de cálculo sujeita à anterioridade anual.
- Ⓒ A majoração só seria possível se realizada por meio de lei complementar.
- Ⓓ Estando o IPTU excepcionado da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal, a majoração da alíquota exigida em 1º de janeiro de 2025 foi legal.
- Ⓔ O aumento decorrente da majoração da base de cálculo é exceção à anterioridade nonagesimal, devendo respeitar a anterioridade anual.

Questão 41

O Município de Boa Vista tenha realizado a pavimentação de determinada estrada rural, o que valorizou as propriedades limítrofes. Para custear a obra, instituiu contribuição de melhoria, tendo cobrado de cada proprietário o valor correspondente ao custo total da obra dividido pela área de cada terreno.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do Código Tributário Nacional.

- Ⓐ A contribuição de melhoria só pode ser instituída se houve concordância de, no mínimo, dois terços dos proprietários.
- Ⓑ A contribuição de melhoria é válida, pois a administração observou o custo da obra como limite para a sua fixação.
- Ⓒ A contribuição de melhoria é inválida, porque não observou o acréscimo de valor real ocasionado pela obra.
- Ⓓ Os municípios não possuem competência para instituir contribuições de melhoria.
- Ⓔ A valorização imobiliária é presumida no caso de obras públicas, dispensada a prova pela administração.

Questão 42

A empresa Alfa S.A. desenvolve *software* (programas de computador) sob encomenda e também comercializa licenças de *software* padronizados via Internet.

Considerando-se a atual jurisprudência do STF sobre o assunto, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- Ⓐ ambas as operações estão sujeitas ao ICMS, por se tratar de mercadorias incorpóreas.
- Ⓑ o ISS incide apenas se houver suporte físico na entrega do programa.
- Ⓒ incide ISS sobre o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador, independentemente de serem padronizados ou não.
- Ⓓ incide ICMS sobre os *softwares* padronizados (“de prateleira”) e ISS sobre os *softwares* por encomenda.
- Ⓔ as operações são imunes, por se tratar de difusão de conhecimento e cultura.

Questão 43

Uma lei publicada em 2025 reduziu determinada multa por descumprimento de obrigação acessória. Diante da publicação e vigência da referida lei, determinado contribuinte, que havia sido autuado pelo descumprimento, em 2023, da mesma obrigação acessória, interpôs recurso administrativo tempestivo contra a autuação, a fim de buscar a extensão dos efeitos da benesse da nova lei à sua situação jurídica.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, a respeito da aplicação da nova lei ao processo administrativo em curso.

- Ⓐ Somente se admitiria a retroação se a lei mais benéfica assim dispusesse, de forma expressa, no seu texto.
- Ⓑ Aplica-se a lei de 2023, pois o fato gerador da multa ocorreu sob a vigência da lei anterior.
- Ⓒ Em razão da superveniência da lei nova, seria possível a repetição de parte da multa, caso o contribuinte tivesse efetuado o pagamento.
- Ⓓ Aplica-se a lei de 2025, pois a lei que define infrações ou comina penalidades retroage para beneficiar o infrator quando o ato não tiver sido definitivamente julgado.
- Ⓔ A retroação depende de autorização expressa da administração tributária.

Questão 44

Considere que determinado contribuinte de um tributo sujeito a lançamento por homologação não tenha declarado o débito nem realizado qualquer pagamento antecipado. Nessa situação, nos termos da jurisprudência do STJ, o prazo decadencial para lançamento de ofício conta-se

- Ⓐ do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- Ⓑ da data em que o contribuinte realizar a denúncia espontânea.
- Ⓒ da data da entrega da declaração retificadora.
- Ⓓ da data em que a administração tributária tomar conhecimento da ocorrência do fato gerador.
- Ⓔ da data da ocorrência do fato gerador.

Questão 45

Acerca do prazo prescricional para a ação de repetição de indébito de tributo sujeito a lançamento por homologação, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito à repetição de indébito de tributo inconstitucional é imprescritível.
- Ⓑ O prazo prescricional é de 10 anos, contados do fato gerador.
- Ⓒ Conta-se o prazo prescricional, que é de 5 anos, da homologação lançamento.
- Ⓓ O prazo prescricional é de 5 anos, contados do pagamento indevido.
- Ⓔ A prescrição só se inicia após a citação da fazenda pública na ação de repetição de indébito.

Questão 46

Uma criança de 10 anos de idade herdou imóveis de seu avô. O município, então, lançou o IPTU em nome do menor. Os pais contestam, alegando que a criança é civilmente incapaz.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em razão do princípio da proteção da infância e da juventude, os bens do menor são imunes a impostos.
- Ⓑ O lançamento é nulo, pois incapazes não podem figurar como sujeitos passivos de relações tributárias.
- Ⓒ O imposto deve ser lançado em nome dos responsáveis legais pela criança.
- Ⓓ O menor só terá capacidade tributária passiva se emancipado.
- Ⓔ A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil da pessoa natural.

Questão 47

A sociedade empresária Salgadinhos S.A. foi notificada formalmente sobre a decisão do secretário municipal de vigilância sanitária que determinou a interdição de suas instalações físicas e a suspensão das atividades de fabricação e comercialização de alimentos, após a fiscalização sanitária ter constatado que o estabelecimento funcionava sem alvará e em desacordo com normas sanitárias.

Nessa situação hipotética, o poder da administração pública que possibilitou a atuação do secretário municipal denomina-se poder

- A** disciplinar.
- B** de polícia.
- C** normativo.
- D** hierárquico.
- E** regulamentar.

Questão 48

Considerando a teoria sobre a constituição dos atos administrativos, assinale a opção que apresenta o elemento que representa o resultado prático do ato, o efeito jurídico imediato que ele produz.

- A** motivação
- B** finalidade
- C** motivo
- D** forma
- E** objeto

Questão 49

A Câmara Municipal concedeu ao servidor João a ocupação de um imóvel funcional, condicionando a validade da permanência no imóvel ao cumprimento das normas sanitárias e à continuidade no exercício da função de confiança. Durante a fiscalização, realizada um ano após o início da ocupação, constatou-se que João deixou de cumprir diversas exigências sanitárias previstas no ato concessivo, apesar de regularmente notificado para se adequar. João deixou, ainda, de exercer a função de confiança. Diante dos fatos, a Câmara determinou a extinção do ato e a devolução do imóvel.

Nessa situação hipotética, a referida extinção do ato administrativo caracteriza-se como

- A** caducidade.
- B** anulação.
- C** nulidade.
- D** revogação.
- E** cassação.

Questão 50

Julgue os itens a seguir, acerca da estabilidade dos agentes públicos.

- I A efetividade está relacionada à forma de provimento do cargo público, caracterizando-se como uma garantia do cargo efetivo.
- II A estabilidade está relacionada à garantia de permanência no serviço público, caracterizando-se como garantia do servidor estatutário.
- III A vitaliciedade é uma garantia de permanência no serviço público assegurada aos ministros e conselheiros dos tribunais de contas.
- IV A estabilidade excepcional constante do art. 19 do ADCT é inaplicável aos empregados das fundações públicas de direito privado.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 51

Assinale a opção correta, a respeito do controle legislativo.

- A** A atividade fiscalizatória auxiliar desenvolvida pelos tribunais de contas constitui modo direto de controle do Poder Legislativo da atividade administrativa.
- B** O controle das infrações político-administrativas do chefe do Poder Executivo constitui modo de controle direto.
- C** A sustação de contratos é caracterizada como controle legislativo da atividade administrativa de modo direto.
- D** O controle legislativo sobre as contas dos administradores públicos, incluindo-se as do Poder Judiciário, é hipótese de controle indireto.
- E** O ato de permitir que o presidente declare guerra é um ato de controle indireto.

Questão 52

Assinale a opção que corresponde à modalidade licitatória para aquisição de bens e serviços comuns, em que se definem objetivamente padrões de desempenho e qualidade, com especificações usuais de mercado, independentemente do valor, o que impossibilita a sua utilização para serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual.

- A** pregão
- B** concorrência
- C** diálogo competitivo
- D** concurso
- E** leilão

Questão 53

Julgue os seguintes itens, acerca da responsabilidade civil do Estado.

- I É inaplicável a responsabilidade civil do Estado em virtude de lesão decorrente de ato baseado em lei declarada inconstitucional.
- II Independentemente de a vítima da lesão ser um terceiro não usuário do serviço público, a responsabilidade civil do Estado é objetiva.
- III O permissionário de serviço público responde objetivamente pelas lesões que causar, quando relacionadas à prestação do serviço público.
- IV A teoria do risco administrativo, em que se aquilata o comportamento do Estado em relação à lesão, é admitida no Brasil.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 54

O Diretor de Recursos Humanos da Câmara Municipal, após o recebimento de requerimento de servidor interessado, expediu em um ato formal a declaração de tempo total de serviço prestado pelo requerente à administração pública, com base exclusivamente nos registros funcionais constantes no sistema interno, atestando fielmente as informações existentes nos assentamentos funcionais.

Nessa situação hipotética, o ato praticado pelo diretor classifica-se como ato

- A ordinatório.
- B negocial.
- C sancionador.
- D normativo.
- E enunciativo.

Espaço livre

Questão 55

Considerando as normas gerais de orçamento público e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca dos limites constitucionais impostos ao poder público municipal.

- A Lei orçamentária anual (LOA) de Boa Vista que preveja reajuste aos servidores públicos municipais pode submeter-se ao controle concentrado de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
- B A CF impõe aos estados a observância estrita dos prazos federais de tramitação e encaminhamento das leis orçamentárias, sendo inconstitucional a fixação de cronogramas próprios pelos entes estaduais, ainda que inexistam normas gerais federais sobre a matéria.
- C O reajuste remuneratório de servidores públicos de Boa Vista pode ser instituído por lei ordinária de iniciativa parlamentar, desde que exista dotação prevista na lei orçamentária anual (LOA) municipal.
- D A previsão de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do município de Boa Vista depende exclusivamente de autorização na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) municipal, que é suficiente para gerar direito subjetivo ao reajuste, ainda que inexista dotação específica na lei orçamentária anual (LOA) municipal, desde que observados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- E Controvérsia relativa à regularidade de reajuste concedido a servidores públicos de Boa Vista, quando fundada na interpretação de lei orçamentária anual (LOA) municipal e na aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, configura matéria de natureza constitucional direta, apta a justificar a competência do STF para ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 56

A partir de 2019, o constituinte derivado promoveu alterações relevantes no regime constitucional do planejamento e da execução orçamentária da CF. Considerando a redação atual do art. 165 da CF, assinale a opção correta acerca da legislação orçamentária.

- A A CF passou a permitir que a LOA contenha previsões de despesas para exercícios seguintes, desde que haja a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento, bem como a observância de anexo com previsão de agregados fiscais.
- B O dever de execução das programações orçamentárias pelo município de Boa Vista, com o propósito de garantir a efetiva entrega de serviços à sociedade, impõe à administração pública municipal a obrigatoriedade de executar as dotações constantes da LOA municipal, inclusive as despesas secundárias previstas.
- C A partir de 2026, as despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) passaram a ser excluídas, de forma permanente, tanto dos limites individualizados de despesa do Poder Executivo quanto da apuração da meta de resultado primário.
- D A CF veda ao Poder Executivo, mesmo para fins de cumprimento de metas fiscais e limites de despesa, a redução ou limitação de subsídios na elaboração e na execução de leis orçamentárias, em respeito ao princípio da legalidade orçamentária e à rigidez das despesas autorizadas.
- E O regime da execução equitativa das programações orçamentárias, como processo obrigatório de liberação de recursos para emendas parlamentares individuais e de bancada, se aplica aos orçamentos municipais, inclusive ao orçamento de investimento das empresas estatais dependentes e não dependentes.

Questão 57

Determinado município brasileiro apresenta elevado estoque de precatórios em mora, cujos valores, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1.º de janeiro, correspondem a 47% da receita corrente líquida municipal apurada no exercício financeiro anterior. Para afastar as restrições fiscais, o ente municipal pretende ajustar seus desembolsos anuais com precatórios ao percentual permitido pela CF, priorizando débitos alimentares e avaliando a possibilidade de acordos diretos com credores. Paralelamente, discute-se a utilização de créditos de precatórios para compensação de débitos inscritos em dívida ativa municipal e os efeitos do inadimplemento dos aportes devidos ao Poder Judiciário.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz do art. 100 da CF.

- Ⓐ A existência de precatórios de natureza alimentícia afasta a aplicação dos limites percentuais anuais de pagamento previstos na CF, assegurando sua quitação integral e imediata, independentemente do comprometimento da receita corrente líquida municipal.
- Ⓑ A utilização de créditos de precatórios do município em questão para a compensação com débitos inscritos em dívida ativa do mesmo município depende de autorização de lei municipal específica, não podendo abranger débitos parcelados ou transacionados.
- Ⓒ Os credores de precatórios do município em questão, com recebimento de créditos em mora, podem optar pelo recebimento integral do valor, mediante acordos diretos perante juízos auxiliares de conciliação de pagamento de condenações judiciais contra a fazenda pública municipal.
- Ⓓ Caso os recursos destinados pela LOA aos pagamentos de precatórios pelo município em questão, ainda que observados os limites percentuais previstos pela CF, não sejam liberados tempestivamente no todo ou em parte, o presidente do tribunal de justiça local deverá determinar o sequestro das contas municipais, até o limite do valor devido.
- Ⓔ Para afastar as restrições fiscais, os pagamentos anuais de precatórios pelo município em questão deverão observar limite mínimo de 2,5% da receita corrente líquida do exercício anterior, hipótese em que não incidem as sanções previstas para inadimplemento.

Questão 58

No exercício do controle externo das finanças municipais, surgem controvérsias quanto à natureza e aos efeitos jurídicos das decisões dos tribunais de contas, quanto à repartição de competências entre essas cortes e as câmaras municipais, bem como quanto à execução das sanções e condenações patrimoniais delas decorrentes. Considerando a jurisprudência consolidada do STF sobre esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas de Roraima sobre as contas do município de Boa Vista possui natureza meramente opinativa e pode ser afastado pela Câmara Municipal por maioria simples de seus membros, sem necessidade de observância do contraditório.
- Ⓑ A competência da Câmara Municipal de Boa Vista para o julgamento das contas do prefeito impede que o Tribunal de Contas de Roraima exerça poder sancionatório administrativo, razão pela qual a imputação de débito e multa a ex-prefeito sempre depende de aprovação pelo Poder Legislativo local.
- Ⓒ Condenação administrativa imposta pelo Tribunal de Contas de Roraima a ex-prefeito municipal, em tomada de contas especial relativa a convênio interfederativo, possui natureza própria de controle externo e independe de posterior julgamento ou aprovação pela Câmara Municipal do ente envolvido.
- Ⓓ Boa Vista possui Tribunal de Contas do Município (TCM), que, como órgão autônomo, detém orçamento próprio e independente dos demais poderes municipais.
- Ⓔ É permitida a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais em Roraima, tal como o Conselho de Contas de Boa Vista.

Questão 59

Acerca das transferências financeiras voluntárias entre entes públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao receber transferência voluntária da União, o município de Boa Vista não pode utilizar os recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada, exceto em ações de educação, saúde, previdência e assistência social.
- Ⓑ O ordenamento jurídico brasileiro permite que o estado de Roraima transfira voluntariamente recursos e conceda empréstimos ao município de Boa Vista para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.
- Ⓒ Para que a União transfira voluntariamente valores para o município de Boa Vista, é necessária a existência de dotação específica em lei orçamentária federal.
- Ⓓ Não promovida a redução da despesa total com pessoal, quando em excesso, o ente público fica impedido de receber transferências voluntárias, salvo se o excesso ocorrer no primeiro quadrimestre do último ano de mandato do chefe do Poder Executivo local.
- Ⓔ Para receber transferência voluntária da União, o município de Boa Vista deve apresentar certidão negativa de débitos federais ou certidão positiva com efeitos de negativa e deve estar em dia com empréstimos e financiamentos recebidos do governo federal, não sendo necessária a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do mesmo ente.

Questão 60

No último ano de mandato, determinado prefeito, diante de insuficiência temporária de caixa, adotou as seguintes medidas:

- I recebeu antecipadamente valores de empresa estatal controlada pelo município, que detém diretamente a maioria do capital social com direito a voto, a título de futura prestação de serviços;
- II assumiu compromisso de pagamento a fornecedores mediante obrigação direta sem prévia autorização orçamentária; e
- III buscou contratar operação de crédito junto a instituição financeira estatal sob seu controle, com previsão de liquidação integral ainda no mesmo exercício financeiro.

Considerando essa situação hipotética e o regime jurídico das operações de crédito públicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A vedação à contratação de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato restringe-se às operações realizadas com instituições financeiras privadas, não se aplicando às instituições financeiras estatais.
- Ⓑ O recebimento antecipado de valores da empresa estatal controlada pelo município, bem como a assunção direta de compromissos com fornecedores sem autorização orçamentária, equiparam-se a operações de crédito vedadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Ⓒ A contratação de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato do chefe do Poder Executivo é considerada anulável, admitindo-se, contudo, convalidação posterior pelo Poder Legislativo do ente.
- Ⓓ As medidas adotadas são válidas, pois visam suprir insuficiência de caixa, não configurando operação de crédito por antecipação de receita, desde que liquidadas dentro do mesmo exercício financeiro.
- Ⓔ A contratação de operação de crédito junto a instituição financeira estatal controlada pelo próprio município é admitida pela Lei de Responsabilidade Fiscal quando destinada a atender insuficiência de caixa, desde que observadas as regras aplicáveis às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Questão 61

À luz das disposições finais e transitórias constantes no Capítulo X da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

- Ⓐ A constatação de infrações às normas da LRF somente pode ser apurada de ofício pelos tribunais de contas, sendo vedada a atuação de cidadãos ou entidades da sociedade civil.
- Ⓑ Durante a vigência de calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo municipal, ficam afastadas todas as normas de transparência, controle e fiscalização previstas na LRF.
- Ⓒ Lei municipal pode estabelecer limites inferiores aos previstos na LRF para a dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.
- Ⓓ O município pode custear despesas de competência de outro ente federativo por meio de transferência financeira direta, independentemente de autorização legislativa específica, desde que haja interesse público local devidamente justificado.
- Ⓔ Qualquer cidadão, desde que filiado a partido político, associação ou sindicato, é parte legítima para denunciar ao tribunal de contas do respectivo estado e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas na LRF.

Questão 62

Em relação ao constitucionalismo ambiental e climático, e tendo em vista a proteção constitucional do meio ambiente na CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para o STF, é prescritível a pretensão executória referente a título executivo judicial que reconhece a obrigação de reparação do dano ambiental.
- Ⓑ O ente municipal não detém a competência para preservar as florestas, a fauna e a flora.
- Ⓒ O STF decidiu que o Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima.
- Ⓓ Aquele que explorar recursos minerais fica dispensado de recuperar o meio ambiente degradado de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, se tiver solução própria.
- Ⓔ O poder público possui a obrigação de manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei ordinária.

Questão 63

Considerando a criação de uma unidade de conservação municipal para proteger lavrados, assinale a opção correta.

- Ⓐ Como a proteção e a recuperação de recursos hídricos não constitui um objetivo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a referida unidade de conservação não poderia ser criada com a justificativa de proteger nascentes.
- Ⓑ A unidade de conservação poderá ser criada e desafetada por meio de decreto.
- Ⓒ A referida unidade de conservação municipal não integraria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
- Ⓓ Caso a unidade de conservação seja de proteção integral, é indispensável associar o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- Ⓔ A criação da unidade de conservação deve obrigatoriamente ser precedida de consulta pública que permita identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados, salvo se se tratar de estação ecológica ou reserva biológica.

Questão 64

Acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei n.º 12.305/2010, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para municípios com menos de vinte mil habitantes, mesmo os integrantes de áreas de especial interesse turístico, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado.
- Ⓑ A prevenção e a precaução não são considerados princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Ⓒ A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos exime o município do licenciamento ambiental de aterros sanitários.
- Ⓓ A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é condição para os municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.
- Ⓔ Logística reversa é o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Questão 65

De acordo com a legislação que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, a proteção da vegetação nativa e a gestão de florestas públicas, julgue os itens a seguir.

- I A Política Nacional do Meio Ambiente não reconhece a existência de instrumentos econômicos.
- II Área de preservação permanente é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- III Concessão florestal é a delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável, de restauração florestal e de exploração de produtos e serviços em unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- IV O impacto ambiental, que consiste em qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, não leva em conta os impactos que afetem indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e III estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- E Apenas os itens II, III e IV estão certos.

Questão 66

Acerca do direito dos recursos hídricos, assinale a opção correta.

- A A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, que consiste em um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, não inclui a geração de energia elétrica.
- B Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e a gestão eletroenergética bem como o incentivo e a promoção de obras de acumulação de água para garantir a segurança hídrica e energética.
- C Atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional não é um objetivo do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.
- D A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada no poder público.
- E A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo que implica alienação total ou parcial das águas.

Questão 67

De acordo com a Lei Complementar n.º 140/2011 e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A Constitui objetivo fundamental da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no exercício da competência concorrente, garantir a uniformidade da política ambiental para todo o país, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.
- B Para o STF, a omissão ou mora administrativa imotivada e desproporcional na manifestação definitiva sobre os pedidos de renovação de licenças ambientais instaura a competência supletiva dos demais entes federados nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental.
- C De acordo com o STF, a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória.
- D É vedada a criação de consórcios públicos em matéria ambiental.
- E Compete ao ente municipal promover o licenciamento ambiental de empreendimento de atividades localizadas ou desenvolvidas em terras indígenas.

Questão 68

De acordo com as diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelecidas pela Lei n.º 11.445/2007, assinale a opção correta.

- A O ente municipal não detém a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, mesmo no caso de interesse local, pois a titularidade é exclusiva do estado.
- B É admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente composto de municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal.
- C Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a vinte anos.
- D A legislação não reconhece uma data para a universalização dos serviços de saneamento básico.
- E Saneamento básico é definido como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais destinados ao esgotamento sanitário.

Questão 69

No que diz respeito ao regime de afetação dos loteamentos, previsto na Lei n.º 6.766/1979, assinale a opção correta.

- A O patrimônio de afetação constitui-se mediante averbação de termo do loteador no Registro de Imóveis.
- B Os recursos financeiros do patrimônio de afetação podem ser administrados por terceiro legalmente habilitado.
- C Ainda que o loteamento seja objeto de financiamento, a comercialização dos lotes será de livre disposição.
- D O patrimônio de afetação corresponde a fração do patrimônio geral do loteador.
- E O loteador não responderá pelos prejuízos causados ao patrimônio de afetação.

Questão 70

Assinale a opção que apresenta instrumentos, previstos no Estatuto da Cidade, de implementação da política urbana no âmbito do planejamento municipal.

- A gestão orçamentária participativa e regularização fundiária
- B desapropriação e servidão administrativa
- C tombamento de imóveis e plano plurianual
- D zoneamento ambiental e projetos setoriais
- E plano diretor e contribuição de melhoria

Questão 71

No que se refere à aprovação ambiental aplicável à Regularização Fundiária Urbana (REURB), prevista na Lei n.º 13.465/2017, assinale a opção correta.

- Ⓐ Corresponde à aprovação urbanística, quando não houver órgão ambiental municipal.
- Ⓑ Corresponde à aprovação municipal, quando houver aprovação urbanística.
- Ⓒ Corresponde à aprovação urbanística para fins de aprovação municipal.
- Ⓓ Exige-se órgão ambiental municipal capacitado para a sua emissão.
- Ⓔ Poderá ser feita pelo estado, quando o município não dispuser de capacidade técnica.

Questão 72

Verificada a existência de parcela de solo urbano cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor, mediante lei específica para a área incluída, poderá o poder público municipal promover

- Ⓐ a cobrança de IPTU retroativo sob a área urbana em questão.
- Ⓑ a aplicação de multa, sob pena de desapropriação da área.
- Ⓒ o parcelamento compulsório do solo urbano.
- Ⓓ a notificação do proprietário para liberação imediata da área.
- Ⓔ a desapropriação com prévia e justa indenização em dinheiro.

Questão 73

Em seu fundamento constitucional, o princípio da função social da propriedade urbana está mais diretamente relacionado com

- Ⓐ a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.
- Ⓑ o aproveitamento racional, com emprego de técnicas adequadas de exploração.
- Ⓒ a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente.
- Ⓓ a observância das regulações definidas para as relações de trabalho.
- Ⓔ os parâmetros urbanísticos definidos em lei municipal.

Questão 74

O plano diretor é definido constitucionalmente como o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, cuja execução compete

- Ⓐ ao poder público municipal.
- Ⓑ aos entes municipais e estadual, de forma concorrente.
- Ⓒ a todos os entes federativos, de forma comum.
- Ⓓ ao poder público estadual.
- Ⓔ ao poder público federal.

Questão 75

Acerca dos aspectos gerais atinentes a propaganda eleitoral, assinale a opção correta à luz do Código eleitoral e da Lei n.º 9.504/1997.

- Ⓐ Admite-se a realização de propaganda eleitoral em língua estrangeira.
- Ⓑ A propaganda eleitoral intrapartidária somente pode ser realizada a partir do dia 15 de agosto do ano de eleição.
- Ⓒ Nas propagandas eleitorais direcionadas a cargos majoritários, é facultativa a indicação dos nomes dos candidatos a vice ou a suplente.
- Ⓓ O descumprimento do prazo legal para a realização da propaganda eleitoral enseja a aplicação de multa, nunca superior ao custo da propaganda.
- Ⓔ É vedada a realização de propaganda eleitoral gratuita no rádio ou na TV nas vinte e quatro primeiras horas após a eleição.

Questão 76

No que concerne à propaganda eleitoral extemporânea e irregular, observada a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgue os itens que se seguem.

- I A jurisprudência do TSE admite a configuração de propaganda eleitoral antecipada quando há uso das denominadas palavras mágicas, isto é, expressões com carga semântica equiparada a pedido explícito de votos.
- II A divulgação de publicidade institucional em período vedado é passível de caracterizar ilícito, desde que verificado o conteúdo eleitoreiro.
- III A configuração de propaganda negativa por fato sabidamente inverídico está condicionada à demonstração imediata, inequívoca e objetiva da falsidade, sem necessidade de dilação probatória.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 77

Em relação à propaganda eleitoral nos diversos meios de comunicação, assinale a opção correta conforme a Lei n.º 9.504/1997.

- Ⓐ É vedada a veiculação de propaganda eleitoral gratuita na Internet em sítios de pessoas jurídicas, sejam estas com ou sem fins lucrativos.
- Ⓑ No âmbito da propaganda na Internet, a garantia da livre manifestação abrange, durante o período eleitoral, o anonimato.
- Ⓒ No contexto da propaganda eleitoral gratuita do rádio e da TV, admite-se a utilização da propaganda de candidaturas proporcionais como propaganda de candidaturas majoritárias e vice-versa.
- Ⓓ No âmbito da propaganda eleitoral na TV, faculta-se, a critério do partido, a utilização de Linguagem Brasileira de Sinais.
- Ⓔ Os canais de televisão por assinatura não são obrigados a destinar horário para veiculação de propaganda eleitoral gratuita.

Questão 78

Em relação às condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, considerada a jurisprudência do TSE, assinale a opção correta.

- Ⓐ A nomeação e a exoneração de cargos em comissão e a designação e a dispensa de funções de confiança, assim como as contratações e demissões de servidores temporários, são vedadas nos três meses que antecedem o pleito eleitoral.
- Ⓑ É vedado aos agentes públicos ceder, em benefício de candidato, partido político ou coligação, inclusive para fins de realização de convenção partidária, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta dos entes federados.
- Ⓒ É vedada qualquer nomeação, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, de candidato aprovado em concurso público.
- Ⓓ Nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, é vedado ao candidato comparecer a inauguração de obras públicas ou de instituições privadas.
- Ⓔ A proibição à realização de showmícios e livemícios não alcança a liberdade de engajamento político da classe artística, que pode manifestar seu posicionamento político em seus shows ou apresentações.

Questão 79

Acerca do abuso de poder no processo eleitoral, em atenção à jurisprudência do TSE, julgue os itens a seguir.

- I A caracterização de abuso de autoridade, no caso do descumprimento da determinação constitucional segundo a qual a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, independe de a publicidade ter sido custeada com recursos públicos.
- II O abuso de poder, no contexto da disputa eleitoral, pode ser reconhecido com fundamento em simples presunções acerca do encadeamento dos fatos.
- III A quebra da rotina administrativa para que a fase mais relevante de determinado programa social seja realizada às vésperas do pleito eleitoral consiste em situação apta à caracterização de abuso do poder político.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 80

A respeito da propaganda eleitoral, conforme a Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção correta.

- A** A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, depende de licença da polícia.
- B** Admite-se a propaganda eleitoral por meio de *outdoors*, desde que conste do anúncio, de forma visível, o valor por ela pago.
- C** Até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição, é admitida a distribuição de material gráfico e a circulação de carro de som pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos.
- D** A utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais é permitida, com a condicionante de que seja observado o limite de oitenta decibéis, conforme previsto na lei.
- E** No dia das eleições, o eleitor não pode portar bandeiras, broches, dísticos e adesivos que sinalizem sua preferência individual.

Espaço livre